

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA  
Curso de Administração – CADM

**FINANÇAS PESSOAIS: A importância da educação financeira no processo  
decisório dos investimentos e dos endividamentos**

LORHANNA SAAR BATISTA MOREIRA

João Pessoa  
Junho, 2022

LORHANNA SAAR BATISTA MOREIRA

**FINANÇAS PESSOAIS: A importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

**Professora Orientadora:** Suelle Cariele de Souza e Silva

João Pessoa  
Junho, 2022

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M838f Moreira, Lorhanna Saar Batista.

Finanças pessoais: a importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos / Lorhanna Saar Batista Moreira. - João Pessoa, 2022.  
38 f.

Orientação: Suelle Cariele de Souza Silva.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais. 3. Investimentos. 4. Endividamento. I. Silva, Suelle Cariele de Souza. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 005:330(02)

## Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

**Aluna:** Lorhanna Saar Batista Moreira.

**Trabalho:** Finanças pessoais: a importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos.

**Área da pesquisa:** Finanças

**Data da aprovação:** 07/06/2022

## Banca examinadora

Documento assinado digitalmente  
 SUELLE CARIELE DE SOUZA E SILVA  
Data: 10/06/2022 10:18:54-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Orientadora

Suelle Cariele de Souza e Silva, Mestra.

Documento assinado digitalmente  
 CLAUDIO PILAR DA SILVA JUNIOR  
Data: 10/06/2022 15:47:39-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Cláudio Pilar da Silva Júnior, Doutor.

Este estudo é dedicado à memória de Adelaide de Andrade Saar, minha querida avó e grande amor da minha vida. Infelizmente ela não irá participar, fisicamente, deste momento de vitória, mas, certamente, estará olhando por mim e compartilhando a felicidade desta realização.

## **AGRADECIMENTOS**

Que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito? (Salmos 116:12) Primeiramente, quero agradecer a Deus por sua abundante graça em minha vida. Vejo as mãos do Senhor em todas as minhas conquistas e nesta não seria diferente. Porque dEle, e por meio dEle, e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente (Romanos 11:36).

Agradeço também aos meus pais que sempre foram o porto seguro que precisei. Sou grata ao meu pai por constantemente lutar para me oferecer o melhor, sempre incansável em busca de boas oportunidades que pudessem me proporcionar um ensino de qualidade, visto que isso sempre foi priorizado em minha casa. Agradeço a minha mãe por dedicar a sua vida a cuidar de mim e por todos os ensinamentos que forjaram a mulher que sou hoje. Tenho certeza de que os meus pais deram o melhor para edificar minha vida, seja no contexto familiar ou em âmbito acadêmico, pois, mesmo diante dos percalços vividos ao longo dos anos, eles nunca desistiram de mim. A eles, minha eterna gratidão.

Sou grata ao meu marido que acompanhou toda jornada até aqui, sendo suporte em meio as adversidades vividas, sendo incentivador quando a exaustão se aproximava, sendo leitor de cada tópico aqui abordado e, sobretudo, por sempre acreditar no meu potencial. Essa vitória é nossa, meu amor!

Devo gratidão também a minha orientadora Suelle Cariele pela disponibilidade, pelo conhecimento compartilhado e por cada elogio que serviu de combustível para entregar o melhor e tornar esta pesquisa mais prazerosa.

## RESUMO

Ao longo dos anos, o cenário político econômico do Brasil tem se mostrado incerto e isso é reflexo das conjunturas nacionais e estrangeiras vividas. Pode-se considerar que esta variável impacta a vida de todos os brasileiros, visto que as ações geradas em âmbito federal também serão refletidas no contexto estadual e regional. Partindo deste pressuposto, 171 indivíduos residentes em João Pessoa participaram desta pesquisa, a qual procurou identificar o entendimento deles nas questões entorno da educação financeira, considerando esta como fundamental fonte de conhecimento para melhor gerir os investimentos e endividamentos, de modo a oferecer o equilíbrio das finanças pessoais. Para mais, o intuito deste estudo é trazer à tona a importância da educação financeira para as pessoas e isso é abordado apresentando os mais diversos conceitos literários nacionais e internacionais, além dos resultados encontrados através da pesquisa de campo quantitativa. A análise destes resultados permitiu identificar que, apesar de julgar a educação financeira como um instrumento de suma importância, a maior parte da amostra nunca teve contato com este ensinamento durante a vida acadêmica. Em função disso, identificaram-se indivíduos mais vulneráveis, durante a prática de investimentos e mais suscetíveis a endividamentos desnecessários, ratificando a carência de conhecimento teórico e empírico sobre finanças. Assim sendo, é possível avaliar que o estudo logrou êxito ao comprovar que a educação financeira se faz necessária para o bem-estar econômico pessoal.

**Palavra-chave:** Educação financeira, finanças pessoais, conhecimento financeiro, investimentos, endividamento, planejamento financeiro.

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Principais Resultados de Evidências Empíricas..... | 18 |
|---------------------------------------------------------------|----|



## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Classificação dos entrevistados.....                                    | 19 |
| Tabela 2 - Classificação do conhecimento teórico de alguns termos financeiros..... | 21 |
| Tabela 3 - Avaliação de familiaridade referente aos ativos financeiros.....        | 26 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Meios utilizados para o controle financeiro .....                                 | 22 |
| Gráfico 2 - Percentual da renda mensal comprometido para quitar dívida.....                   | 23 |
| Gráfico 3 - Informativos utilizados para adquirir mais conhecimento em finanças pessoais..... | 24 |
| Gráfico 4 - Motivação para investir.....                                                      | 25 |
| Gráfico 5 - Tipos de investimentos no portfólio dos entrevistados.....                        | 28 |
| Gráfico 6 - Ativos apontados como menor risco de crédito pelos entrevistados.....             | 29 |

## SUMÁRIO

|          |                                                     |           |
|----------|-----------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                             | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>REVISÃO DA LITERATURA .....</b>                  | <b>13</b> |
| 2.1      | FINANÇAS PESSOAIS E PROCESSO DECISÓRIO .....        | 13        |
| 2.2      | EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....                           | 14        |
| 2.3      | ENDIVIDAMENTO .....                                 | 15        |
| 2.4      | INVESTIMENTOS.....                                  | 16        |
| 2.5      | EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS .....                          | 17        |
| <b>3</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>                             | <b>18</b> |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b> | <b>19</b> |
| 4.1      | PERFIL DA AMOSTRA .....                             | 19        |
| 4.2      | EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....                            | 20        |
| 4.3      | INVESTIMENTOS E ENDIVIDAMENTOS .....                | 21        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                    | <b>30</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                            | <b>31</b> |
|          | <b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....</b>              | <b>34</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Balassiano e Pessôa (2021), a economia brasileira cresceu menos que a média mundial dos últimos quinze anos. Segundo os autores, dentre alguns fatores, esse cenário está associado às crises na política interna, a desaceleração na exportação de *commodities* ao longo do tempo, ao mercado externo e, recentemente, à pandemia do coronavírus. Além disso, o estudo apresenta que a média de crescimento econômico do país deve ficar 1,7% menor que a média da economia global entre 2016 e 2019.

A partir desta conjuntura econômica nacional, muitos brasileiros se viram incapazes de administrar a vida financeira, seja pelo conhecimento técnico insuficiente para melhor distribuir a reserva monetária que possui ou por não possuir astúcia para avaliar as melhores condições de empréstimos e financiamentos oferecidos no mercado. O fato ocorre, pois, apesar de frequentemente ter contato com termos divulgados em meios de comunicação como: inflação, taxa básica de juros do país (Selic), taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI), entre outros indicadores; a população, de maneira geral, desconhece princípios básicos de finanças e investimentos (ABREU, 2013).

Dessa forma, a educação financeira pode se tornar o meio pelo qual as pessoas conquistarão uma vida economicamente saudável, tendo em vista que, a partir disso, pode-se lançar mão de técnicas e habilidades que favorecem a tomada de decisão concernente aos investimentos, ao consumo adequado do capital disponível, além de minimizar situações de estresse no que tange ao endividamento pessoal e familiar. Dito isso, observa-se que o conhecimento adquirido se torna um instrumento fundamental para a gestão efetiva das finanças pessoais e, conseqüentemente, o desenvolvimento individual e até mesmo do país, no papel de sociedade.

Sousa. *et al.* (2012) consideram que, por mais longa que seja a comprovação do êxito do processo educacional, a execução deste é de suma importância para que haja uma mudança de comportamento e de atitude dentro do contexto da administração de recursos financeiros. Em função disso, Santos (2014) observa que a ausência do conhecimento poderá contribuir com o desequilíbrio financeiro pessoal e familiar. Seguindo o raciocínio, Santos (2014) considera que esse desequilíbrio age também em função de fatores comportamentais, sistêmicos e da indisponibilidade de recurso. De maneira análoga, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE, 2005) declara que a educação financeira é o instrumento essencial para ser utilizado como mecanismo de interpretação dos mais diversos produtos financeiros, suas características, exposição a risco e, assim, permitir a identificação de melhores oportunidades de investimentos.

De acordo com quarta edição da pesquisa “Raio X do Investidor Brasileiro”, realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2021), apenas 40% dos brasileiros são investidores. Deste montante, somente 17% é composto pela população da região nordeste do país. A pesquisa também aponta que, dentre os brasileiros que investiram em 2020, 53% deles utilizaram ativos financeiros como aplicação, tendo a caderneta de poupança mais da metade deste total, possuindo 29% dos investimentos. Outro dado identificado de grande relevância é o alto percentual dos brasileiros que contam com a previdência pública (INSS) como fonte de renda na aposentadoria, sendo 48% da população amostral.

Outro material que merece ser analisado é o índice de Saúde Financeira do Brasil (I-SFB) criado pelo Banco do Brasil e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), onde aponta que 69,4% dos brasileiros gastam tudo o que ganham ou mais; 58,4% consideram que as dívidas provocam a desarmonia familiar; 62% acreditam que não realizam adequadamente a gestão

financeira, tendo em vista afirmam não usufruir a vida de maneira apropriada; somente 21,9% creem que poderiam arcar com eventuais despesas; e, por fim, apenas 37,9% dos brasileiros avaliam que necessitam buscar orientação para iniciar ou aperfeiçoar o conhecimento no assunto (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Em consonância ao supracitado, a presente pesquisa tem o propósito de responder o seguinte questionamento: qual a importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos? A temática em questão foi base para um estudo empírico realizado no âmbito amostral da população de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, tendo como objetivo geral, analisar a importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e nos endividamentos desses indivíduos. Com isso, o assunto abordado permitiu levantar dados que foram utilizados como instrumento de análise do perfil dos entrevistados e da situação financeira deles.

Sendo assim, procurou-se descrever o perfil dos entrevistados; entender seu comportamento financeiro; averiguar o conhecimento financeiro deles no tocante ao processo decisório dos investimentos e endividamentos; e identificar a relevância da educação financeira para o bem-estar econômico desses indivíduos.

À face do exposto, esta pesquisa tem o propósito de contribuir no âmbito teórico, tendo em vista que a aplicação destes ensinamentos em meio acadêmico permite evitar o *déficit* financeiro futuro e instruir quanto à organização do recurso monetário. Além disso, este estudo busca colaborar de forma prática à sociedade, por fornecer técnicas e habilidades que favorecem a tomada de decisão concernente aos investimentos, ao consumo adequado do capital disponível, além de minimizar as tensões referentes ao endividamento pessoal e familiar.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

A temática em questão é naturalmente vasta e pode ser encontrada percorrida em diversos meios informativos formais ou não. No entanto, este capítulo tem por objetivo explicitar os preceitos teóricos baseados em literaturas existentes, a fim de esclarecer qualquer complexidade e servir de alicerce para o decorrer desta pesquisa.

### **2.1 Finanças pessoais e processo decisório**

Ao longo da vida, desde a infância à fase adulta, os indivíduos se deparam com dilemas que cercam o capital financeiro e seu poder de gastá-lo. Desse modo inicia, conscientemente ou não, a gestão de finanças pessoais (SANTOS, 2014). Gitman (2012) considera finanças como a junção da arte e da ciência gerir recursos. Capital este oriundo de receitas, o qual será administrado a fim de serem gastos ou investidos. Pode-se crer então que finanças pessoais permeiam o conhecimento da ciência mencionada e sua aplicação frente a tomada de decisão.

Por conseguinte, o conhecimento financeiro obtido não será suficiente para definir o sucesso econômico individual, isso porque é indispensável que as pessoas saibam empregar seus recursos financeiros, de modo a adquirir conhecimento e retorno sobre o capital investido (SANTOS, 2014). Ou seja, existe inicialmente a necessidade de aprender mais da arte de administrar recursos e, posteriormente, dedicar-se em função do planejamento financeiro com o propósito de fomentar a saúde financeira pessoal. Segundo Santos (2014), o planejamento financeiro é necessário para que o indivíduo possa alinhar a receita pessoal em concordância com suas necessidades, excluir gastos dispensáveis, planejar objetivos futuros com a finalidade de eliminar gastos excessivos, realizar os objetivos traçados e ter condição financeira que se sustente em meio às adversidades.

Administração financeira pessoal está ligada ao controle do capital financeiro, combinando a junção de conhecimentos adquiridos e boas escolhas em seu processo decisório.

Posto isso, Bernoulli (1738 *apud* GALLO, 2021) aborda um esquema matemático chamado de função utilidade, com o intuito de relacionar cestas de consumo com as preferências do consumidor, de modo a ordenar essa preferência. Desta forma, pôde-se apresentar que a ordem de escolha entre as cestas por determinado agente se dá pela função da sua utilidade e não pelo seu valor monetário. A partir deste princípio, surge a Teoria da Utilidade Esperada (TUE), que consiste dizer que a tomada de decisão é baseada na escolha racional de determinado evento ocorrer, em função da utilidade esperada.

A TUE considera, então, que os seres humanos são avessos as perdas e que seu conhecimento matemático e estatístico é o suficiente para determinar sua decisão, tendo em vista que estes são os instrumentos necessários para avaliar as possibilidades de ganhos. Bernoulli (1738 *apud* GALLO, 2021) esclarece que essa tomada de decisão racional, proposta na (TUE), se dará em função de um “padrão” de comportamento, chamado de axiomas e a utilização deles é fundamental para maximizar a utilidade esperada.

Contrapondo a Teoria da Utilidade Esperada, Kahneman e Tversky (1979 *apud* BRITO; AMARAL, 2020) abordam a teoria intitulada como Teoria dos Prospectos, que consiste no estudo da tomada de decisão em meio a riscos, avaliando ainda vieses comportamentais e racionais, que possam influenciar o processo decisório. Este conceito de psicologia cognitiva busca descrever o processo em questão, considerando que as emoções podem interferir na decisão final, se opondo a TUE no que tange à tomada de decisão apenas racional. Kahneman e Tversky (1979 *apud* BRITO; AMARAL, 2020) defendem que as pessoas elencam suas preferências baseadas em ganhos e perdas diretas, não considerando os resultados finais e levando em conta o contexto em que a situação é apresentada, o que pode afetar a decisão quanto à exposição ao risco.

Em síntese, Pereira e Fonseca (2009) expõem que toda e qualquer tomada de decisão é baseada na junção dos fatores racionais, como análise lógica e fatores emocionais, como crenças, sendo fruto da união desses preceitos objetivos e subjetivos.

## 2.2 Educação financeira

A educação financeira consiste no ensinamento de mecanismos básicos que nortearão o controle e o planejamento das finanças pessoais, seja ele através de instituições de ensino ou por meio do seio familiar (BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB, 2019). O conhecimento adquirido será um instrumento que possibilitará a ascensão salutar da condição econômica pessoal e, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico nacional (BCB, 2019). É através da educação financeira que as pessoas passam a entender recursos fundamentais utilizados na economia e que poderão ser utilizados como benefício próprio, se adaptando aos mais diversos cenários globais (BCB, 2019).

O Banco Central do Brasil (2019) ainda considera que é através do conhecimento financeiro que o indivíduo compreende a utilidade e aplicação das taxas de juros dispostas no mercado; tem meios de avaliar e conter o consumo exacerbado; proporciona perspicácia de agir corretamente na relação de financiamento e endividamento; oferece artifícios que proporcionam uma boa gestão financeira; e permite avaliar os benefícios de planejar e controlar o orçamento pessoal, analisando ainda a importância de poupar os recursos financeiros para realização de projetos futuros ou fonte de caixa para necessidades imprevistas.

No entanto, o Brasil precisa de instituições que propaguem os conhecimentos financeiros de forma educativa. Segundo Silva *et al.* (2018), todas as escolas da rede pública e privada deveria lecionar educação financeira aos alunos, de modo que, ainda como criança, todos tivessem acesso aos diversos conceitos de finanças, oferecendo a possibilidade de propagar o conhecimento entre os familiares e os auxiliando na tomada decisão referente à poupança e endividamento.

Minella *et al.* (2017) observam que a falta da propagação deste fundamento pode impactar, significativamente, o comportamento de cada ser humano, tendo em vista que, o desconhecimento é passível de gastos exacerbados, consumo excessivo, descontrole no uso do cartão de crédito, utilização de financiamentos e empréstimos desnecessários e com taxas de juros abusivas. A carência deste conhecimento se torna ainda mais aparente quando jovens, no início da fase adulta, se deparam com salário, obrigações, sonhos de conquistas futuras, disponibilidade de empréstimos, possibilidade de endividamentos e a latente necessidade de buscar por educação financeira que os auxilie. Silva *et al.* (2018) explicitam que esses conhecimentos podem, no entanto, ser encontrados em alguns cursos, sejam eles a nível técnico ou superior, e servirão, além de tudo, como uma maneira de observar oportunidades e avaliar os riscos envolvidos em operações bancárias, por exemplo.

Assim, o propósito da educação financeira é capacitar a sociedade de modo a oferecer informação suficiente para melhor gerir seus recursos pecuniários, amparar a tomada de decisão em torno dos investimentos esclarecendo as informações pertinentes para tal, e proporcionar o bem-estar financeiro presente e futuro (MORAES, 2019). Em defesa disso, o Brasil, em 2010, criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto Federal nº 7.397/2010, renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020. A ENEF [s.d.] busca auxiliar a plena consolidação da cidadania dos brasileiros frente às decisões financeiras; oferecer ensinamento relacionado ao consumo e poupança; formar crianças e jovens capazes de propagar o conhecimento aos familiares; ensinar o planejamento financeiro de curto, médio e longo prazo; instruir e incentivar a cultura de prevenção, preparando os indivíduos para gastos imprevistos; e possibilitar a mudança de condição financeira socioeconômica.

### 2.3 Endividamento

Toda e qualquer compra ou operação de compromisso financeiro feitos pela modalidade de pagamento a prazo, é considerada como endividamento (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC, 2019). O mercado de crédito brasileiro se beneficia ao passo que sua população, rotineiramente, faz uso de movimentações financeiras a partir da utilização de empréstimos bancários, cartão de crédito, investimentos, entre outros (BITENCOURT, 2004 *apud* JUSTEN; TEXEIRA, 2020).

O empréstimo e o financiamento bancário são modalidades que oferecem crédito aos carentes de recurso, onde sua devolutiva de pagamento conta com o principal concedido mais o acréscimo de juros firmados na contratação (SILVA *et al.*, 2020). Contudo, para utilização deste meio de capital necessita de plena atenção em respeito a real necessidade de se beneficiar deste tipo de endividamento e quanto às taxas de juros incorridas na operação pelo distribuidor de crédito (MINELLA *ET AL.*, 2017). Portanto, quando não se cumpre o acordo previamente estabelecido de quitação da dívida, encontra-se o chamado endividamento excessivo (BCB, 2019).

Souza (2015) expõe que existe uma correlação negativa entre o nível de escolaridade e o poder aquisitivo, no tocante aos empréstimos. Isso quer dizer que, quanto maior for o grau de instrução das pessoas, menor tende a ser a procura por empréstimos, da mesma forma que, quanto maior for o seu nível de renda, menor será a demanda por este serviço. Souza (2015) ainda revela que essas variáveis socioeconômicas se mostram como fatores de eminente relevância no contexto de análise econômica do país.

Outra categoria muito consumida como endividamento pela pessoa física é o cartão de crédito, tendo em vista que sua utilização concede a possibilidade de adquirir bens ou serviços por meio da quitação parcelada à empresa detentora dos direitos estabelecidos pelo cartão (ROSSATO; BESKOW; PINTO, 2019). A fim de elucidar o consumo por meio desta categoria, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS, 2021) revelou

que, em 2020, o Brasil registrou a utilização de R\$ 1,18 trilhões em transações através do cartão de crédito, representando um acréscimo de 2,6% se comparado ao ano anterior.

Ao cogitar tomar crédito, é necessário que o indivíduo analise sua real necessidade de utilização do capital, visto que, apesar de existir grande facilidade de adquirir o recurso financeiro no curto prazo, seu consumo desenfreado pode gerar o pagamento de altas taxas de juros, além de comprometer o orçamento. Conforme a economista chefe do Serviço de Proteção ao crédito, Marcela Kawauti (SPC, 2019), a falta de conhecimento financeiro faz com que muitas pessoas utilizem o cartão de crédito ou cheque especial como forma de sanar as despesas mensais, o que é extremamente arriscado, se tratando de uma modalidade que cobra juros exorbitantes nos casos de inadimplência.

## 2.4 Investimentos

Lizote *et al.* (2016) considera que investimento é o emprego do capital financeiro, seja ele em papel moeda ou título de crédito, de modo a converter este capital em montante superior ao inicialmente aplicado. Os investimentos podem, ainda, ser relacionados como a aquisição de ativos que possam oferecer retorno superior ao valor da compra no futuro, como imóveis e terrenos (LIZOTE *et al.*, 2016).

Segundo Salotti *et al.* (2019), ativo pode ser dito como um recurso econômico, fruto de transação passada, que gera o efeito de benefício futuro para quem o detém. Em contrapartida, o passivo é identificado como uma obrigação presente de operações já realizadas, onde o pagamento total desta dívida prevê a retirada de recursos econômicos da balança de pagamentos.

Além dos bens físicos, os ativos também são compostos por investimentos aplicados no mercado financeiro e de capitais, e podem ser divididos em ativos de renda fixa e de renda variável (BCB, 2019). Assim, para que as aplicações sejam realizadas com plena destreza, é necessário exercer a consciência do espírito poupador, lançar mão do conhecimento relativo aos ativos disponibilizados no mercado financeiro, além de acompanhar, constantemente, o comportamento dos investimentos (SOUSA *et al.*, 2018) e do cenário econômico nacional e internacional.

Os ativos disponibilizados no mercado financeiro se dividem em duas grandes categorias: os ativos de renda fixa e os de renda variável. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2019), a renda fixa é composta por produtos que possuem data de vencimento e renderão ao longo do tempo de acordo com determinada taxa de juros. Desta forma, esses investimentos podem ser disponibilizados com taxa definida no ato da aplicação, chamada de taxa pré-fixada, ou apenas calculada no vencimento do ativo, como é a chamada taxa pós-fixada, condicionada ao indexador preestabelecido anteriormente. A exemplo disso tem-se a poupança, as letras de crédito e o Certificado de Depósito Bancário (CDB) que são investimentos de renda fixa e que, apesar de possuírem o risco de crédito, estes contam com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de até R\$ 250.000,00 por CPF e instituição financeira. O FGC atua como uma instituição de proteção aos investidores e auxilia a manutenção do Sistema Financeiro Nacional.

A renda variável, por sua vez, é composta por ativos dos quais não se sabe sua remuneração no ato da aplicação e também não se tem uma data pré-definida para resgate. Ademais, esses investimentos incorrem maiores riscos se comparados aos ativos de renda fixa, visto que existe a possibilidade de risco de crédito e o risco incorrido sobre sua incerta lucratividade, como é o caso dos ativos negociados na bolsa de valores, como as ações, por exemplo (BCB, 2019). E, ao contrário dos ativos de renda fixa supracitados, os ativos de renda variável não gozam da proteção do FGC.

O perfil de investidor é um instrumento traçado a partir de um questionário preenchido em concordância a propósitos pré-estabelecidos e, principalmente, ancorados à aptidão a risco



de cada indivíduo (VALOR, 2020). Este mecanismo é utilizado para melhor adequar as propensões identificadas aos distintos tipos de investimentos. O perfil de investimento dito como conservador se expõe menos a risco e opta por investimentos mais seguros, mesmo que ofereçam menor retorno por isso; o perfil moderado tolera um risco limitado, de modo que parte do investimento possa proporcionar ganhos financeiros superiores aos demais, e o perfil agressivo tem maior aptidão a risco e direciona considerável parte dos investimentos de acordo com as melhores expectativas de rentabilidades (GOEKING, 2017).

## 2.5 Evidências Empíricas

Como meio de confirmar hipóteses previamente estabelecidas relacionadas às variáveis educação financeira, Minella *et al.* (2017) analisaram a resposta de um questionário realizado a 93 jovens de 18 a 34 anos. A maior parte dos respondentes eram mulheres; pessoas solteiras; com casa própria; cursando faculdade; e com renda de R\$ 788,00 à R\$ 2.500,00. Assim, o estudo confirmou as seguintes hipóteses consideradas anteriormente: hipótese 1 - A educação financeira influencia de maneira positiva e significativa o endividamento de jovens; hipótese 2 - Os valores do dinheiro influenciam de maneira positiva e significativa o endividamento de jovens; hipótese 3 - O materialismo influencia de maneira positiva e significativa o endividamento de jovens e hipótese 4 - Os valores atribuídos ao dinheiro mediam a relação entre materialismo e endividamento de jovens.

Mantendo a temática supracitada, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) buscaram analisar a educação financeira dos servidores públicos da Justiça Federal da Paraíba quanto aos hábitos de consumo, investimentos e percepção de risco. A pesquisa foi realizada por 42 servidores, o que representa mais de 28% da seção judiciária do estado. Mais de 50% dos entrevistados têm idades superiores a 46 anos, em sua maioria homens, casados ou com união estável, com alto grau de instrução, possuindo renda bruta familiar de R\$ 7.880,00 a R\$ 15.760,00 e moradia própria. De acordo com a análise dos resultados, foi possível observar que os servidores detêm baixo nível de conhecimento financeiro, o que comprova a dificuldade que estes possuem quanto à percepção de riscos nas decisões financeiras, e a complexidade apresentada em se atentarem aos custos relacionados às operações no mercado financeiro.

No tocante aos aspectos de educação financeira e investimentos, Silva, Leal e Araújo (2018) avaliaram as habilidades matemáticas e o conhecimento financeiro no ensino médio. Para isso, foi aplicado um questionário em 976 alunos do ensino médio de oito escolas de Uberlândia, Minas Gerais. A maior concentração de faixa etária dos respondentes ficou entre 15 e 17 anos, possuindo renda familiar de 1 a 2 salários mínimos e a escolaridade de grande parte dos pais dos entrevistados ficou entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Após a avaliação dos resultados, verificou-se que os respondentes possuem baixo nível de educação financeira, o que resulta na dificuldade de compreensão de riscos e retornos em volta dos investimentos financeiros, além de enfrentar a barreira de entendimento matemático sobre juros e descontos, também presentes do mercado financeiro.

Paralelo a isso, Silva *et al.* (2020) realizaram um estudo sobre a relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. Um questionário foi aplicado a 320 servidores, dos quais a maioria eram mulheres; a faixa etária predominante era de 31 a 40 anos e, ademais, 230 respondentes eram docentes e 90 eram servidores técnicos da universidade. O resultado apresentado revelou que os piores níveis de dívidas, entre os entrevistados, estão relacionados ao nível mais baixo de conhecimento de educação financeira que estes detêm. O resultado encontrado apenas corrobora a alegação de Silva *et al.* (2018) quanto à real necessidade de implementar os conceitos referentes à educação financeira a partir das escolas, de modo que oferece ensinamentos a fim de poupar recursos e minimizar os endividamentos.

Em síntese tem-se que:

Quadro 1 - Principais Resultados de Evidências Empíricas

| <b>Autores</b>                    | <b>Amostra/Público-Alvo</b>                          | <b>Principais Resultados</b>                                                                                                                         |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Minella <i>et al.</i> (2017)      | 93 Jovens                                            | A educação financeira influencia de maneira significativa o endividamento dos jovens                                                                 |
| Silva, Silva Neto e Araújo (2017) | 42 Servidores Públicos da Justiça Federal da Paraíba | O baixo nível de conhecimento financeiro dos servidores dificulta a percepção dos riscos nas decisões financeiras                                    |
| Silva, Leal e Araújo (2018)       | 976 Alunos do ensino médio                           | O baixo grau de educação financeira dos estudantes resulta na dificuldade de compreensão de riscos e retornos em volta dos investimentos financeiros |
| Silva <i>et al.</i> (2020)        | 320 Servidores da Universidade Federal do Ceará      | Os maiores níveis de dívidas dos servidores estão relacionados ao seu insuficiente nível de educação financeira                                      |

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Posto isso, infere-se a real necessidade de maior exploração do assunto como meio de ratificar a importância da educação financeira frente aos seus mais diversos aspectos, de acordo com os resultados encontrados por estes autores em seus estudos empíricos.

### 3 METODOLOGIA

Entende-se pesquisa científica como a junção de metodologia sistêmica e técnicas aplicadas em função de estudo e análise de determinada problemática imposta pelo pesquisador (PEREIRA, 2016).

O tipo de pesquisa aqui representado tem caráter descritivo, dado que, segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa busca descrever as particularidades de uma população de estudo e possibilitar a descoberta de uma relação existente entre variáveis. Gil (2019) complementa ainda que a pesquisa descritiva pode ser quantitativa quando realizada em função do uso de medidas numéricas a fim de detalhar a população de estudo e seu comportamento, visando apresentar a possível relação entre essas variáveis anteriormente estabelecidas. Assim, a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa será a quantitativa, visto que se busca demonstrar a representatividade da amostra de modo a generalizá-la, por meio dos resultados encontrados na análise direta dos dados.

No tocante ao universo de pesquisa abordado, a pesquisa contemplou uma amostra da população de João Pessoa, sendo uma amostra não probabilística de 171 indivíduos participantes. Portanto, o nível de análise inicial será individual e a unidade de análise da pesquisa será o conhecimento financeiro dos indivíduos no tocante ao processo decisório dos investimentos e endividamentos.

Bêrni e Fernandez (2012) salientam que, por muitas vezes, o pesquisador precisa buscar dados entorno do assunto de interesse e ele pode ser encontrado através da devolutiva de perguntas por ele realizadas. Neste caso, uma das possibilidades de levantar essas informações primárias é através da aplicação de questionário, seja ele por meio virtual ou presencial. Partindo desta premissa, a coleta de dados para a pesquisa se dará por meio primário, realizada através do questionário virtual estruturado envolvendo as variáveis de interesse, aplicado pela pesquisadora por meio do *Google Forms*.

O questionário foi idealizado pela autora da pesquisa e estruturado em três blocos, de modo que se obtivessem os dados sociodemográficos do respondente, seu comportamento e conhecimento financeiro relacionados aos investimentos e endividamentos, e a importância da educação financeira para o seu bem-estar econômico observada por ele. Desta forma, foi produzido um questionário inicial, sendo instrumento para a aplicação de um pré-teste, contando com a colaboração de quinze respondentes, a fim de obter-se um *feedback* inicial sobre as questões abordadas. A partir disso, o questionário foi novamente moldado, de acordo com a devolutiva dos indivíduos do pré-teste e contou, por fim, com vinte e nove questões, necessitando de, aproximadamente, cinco minutos para seu preenchimento total. A pesquisa foi realizada de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, no qual os participantes puderam responder as questões de forma anônima.

Finalmente, os dados coletados na pesquisa foram tabulados através do *software Microsoft Excel* e dispostos por meio de planilhas demonstrativas, buscando destacar, visualmente, os resultados de maneira expositiva e explicativa, através de tabelas e gráficos.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Perfil da Amostra

Inicialmente buscou-se descrever o perfil dos participantes da amostra por meio das seguintes variáveis: faixa etária, gênero, estado civil, renda familiar mensal, principal fonte de renda, dependentes e grau de escolaridade. Os dados foram ilustrados na Tabela 1.

Tabela 2 – Classificação dos entrevistados

| Variável                 | Descrição                        | Percentual (%) |
|--------------------------|----------------------------------|----------------|
| Faixa Etária             | 18 a 27 anos                     | 53,8           |
|                          | 28 a 37 anos                     | 22,8           |
|                          | 38 a 47 anos                     | 8,8            |
|                          | 48 a 57 anos                     | 9,9            |
|                          | 58 ou mais                       | 4,7            |
| Gênero                   | Feminino                         | 50,9           |
|                          | Masculino                        | 49,1           |
| Estado Civil             | Casado(a)/União Estável          | 39,8           |
|                          | Separado(a)/Divorciado(a)        | 6,4            |
|                          | Viúvo (a)                        | 0,6            |
|                          | Solteiro(a)                      | 53,2           |
| Renda familiar mensal    | Até R\$ 2.200,00                 | 18,1           |
|                          | De R\$ 2.200,01 a R\$ 4.400,00   | 30,4           |
|                          | De R\$ 4.400,01 a R\$ 11.000,00  | 38,6           |
|                          | De R\$ 11.000,01 a R\$ 22.000,00 | 10,5           |
|                          | Acima de R\$ 22.000,00           | 2,3            |
| Principal fonte de renda | Trabalho formal                  | 70,2           |
|                          | Trabalho informal                | 4,1            |
|                          | Aposentadoria                    | 4,1            |
|                          | Autônomo                         | 8,2            |
|                          | Estágio                          | 4,1            |
|                          | Não possui atividade remunerad   | 8,2            |
|                          | Empresário (a)                   | 0,6            |
|                          | Pensão                           | 0,6            |
|                          | Nenhum                           | 40,4           |

|                      |                    |      |
|----------------------|--------------------|------|
| Dependentes          | 1                  | 23,4 |
|                      | 2                  | 16,4 |
|                      | 3                  | 11,7 |
|                      | Acima de 3         | 8,2  |
| Grau de escolaridade | Ensino Fundamental | 1,2  |
|                      | Ensino Médio       | 32,7 |
|                      | Ensino Superior    | 40,9 |
|                      | Pós-graduação      | 25,1 |

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Observa-se, na Tabela 1, que um pouco mais da metade dos participantes no estudo está na faixa etária de 18 a 27 anos (53,8%), são mulheres (50,9%) e estão solteiros (53,2%). Em relação à renda familiar mensal, os resultados revelaram que 38,6% detêm renda mensal de R\$ 4.400,01 a R\$ 11.000,00; 30,4% de R\$ 2.200,01 a R\$ 4.400,00; 18,1% até R\$ 2.200,00. Ou seja, de acordo com o critério do IBGE para definição de classes sociais, a maioria dos pesquisados é da classe C, em seguida da classe D e em terceiro lugar a classe E. Apenas 2,3% da amostra é da classe A. A partir destes dados e considerando que, geralmente as pessoas mais ricas têm acesso à educação de qualidade e oportunidades, pode-se, inicialmente, presumir que para a manutenção da riqueza, aquelas possuam conhecimentos financeiros suficientes para a gestão do dinheiro.

Ainda na Tabela 1, verifica-se que a maioria (70,2%) possui trabalho formal e apenas 0,6% são empresários. Quanto aos dependentes econômicos, cerca de 40,4% não possuem dependentes, 23,4% têm um dependente, 16,4% possuem dois, 11,7% três e apenas 8,2% têm mais de três dependentes. Presumia-se que a maioria não possuísse dependentes, uma vez que a maior parte dos participantes da amostra são jovens e solteiros.

E, fechando o bloco de dados sociodemográficos, a pesquisa mostrou que 40,9% do total dos respondentes tem como maior grau de escolaridade o ensino superior, 32,7% têm o ensino médio e 25,1% pós-graduação. Sendo assim, 57,8% da amostra tem no mínimo ensino superior completo, ou seja, são pessoas mais esclarecidas e, supostamente, deveriam possuir maior conhecimento financeiro.

## 4.2 Educação Financeira

O segundo bloco de perguntas buscou apurar alguns conceitos entorno da educação financeira. A partir do levantamento dos dados, a pesquisa revelou que 52,6% dos participantes já tiveram contato com alguma disciplina de finanças durante a formação e 47,4% dos respondentes nunca tiveram essa interação, como previa-se, em decorrência da maioria dos pesquisados serem pessoas com estudo de no mínimo ensino superior. Porém, é relevante destacar que quase 50% da amostra nunca teve contato com matérias de finanças durante a formação, o que pode impactar negativamente na gestão financeira pessoal.

Verificou-se que, mesmo sem ter contato durante a formação com finanças, 98,8% das pessoas já ouviram falar em educação financeira, o que pode estar relacionado ao maior grau de escolaridade. No entanto, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) destacam que o alto nível de qualificação acadêmica dos investigados não foi suficiente quando avaliado o nível de conhecimento financeiro, enfatizando que apenas 19% destes continham alto nível de educação financeira. Sendo assim, presumir que apenas a variável qualificação acadêmica resulte em alto nível de educação financeira pode ser inadequado, uma vez que os indivíduos são seres que, apesar de racionais, também agem com base nas emoções.

Deste modo, quando questionados sobre o conhecimento teórico de termos financeiros, pôde-se observar que algumas expressões são razoavelmente conhecidas pelos entrevistados, como é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Classificação do conhecimento teórico de alguns termos financeiros

| Alternativas                | Desconheço esse termo (%) | Conheço pouco (%) | Conheço razoavelmente (%) | Considero conhecer bastante (%) |
|-----------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------|
| Controle orçamentário       | 7                         | 26,9              | 43,9                      | 22,2                            |
| Taxas de serviços bancários | 6,4                       | 40,9              | 36,3                      | 16,4                            |
| Taxas de cartão de crédito  | 5,3                       | 30,4              | 44,4                      | 19,9                            |
| Juros                       | 5,3                       | 24,6              | 39,8                      | 30,4                            |
| Impostos                    | 5,8                       | 30,4              | 39,8                      | 24                              |
| Taxa Selic                  | 21,6                      | 38                | 24,6                      | 15,8                            |
| Taxa DI                     | 43,9                      | 31                | 14,6                      | 10,5                            |

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O controle orçamentário e os juros foram os termos que os participantes elencaram como os de maior conhecimento (Tabela 2), possivelmente, porque eles fazem parte do dia a dia de todos os brasileiros, onde grande parte das pessoas precisa adequar os gastos baseados nos recursos financeiros escassos. Quanto aos juros, pode-se considerar que este conhecimento advém dos frequentes pedidos de empréstimos, financiamentos, prestações tão comuns entre as pessoas. No entanto, as taxas DI e Selic se destacaram como termos desconhecidos pela maioria dos entrevistados, o que já era esperado, tendo em vista que, apesar de serem expressões simples e cruciais no mercado financeiro, não são abordados cotidianamente pelos brasileiros.

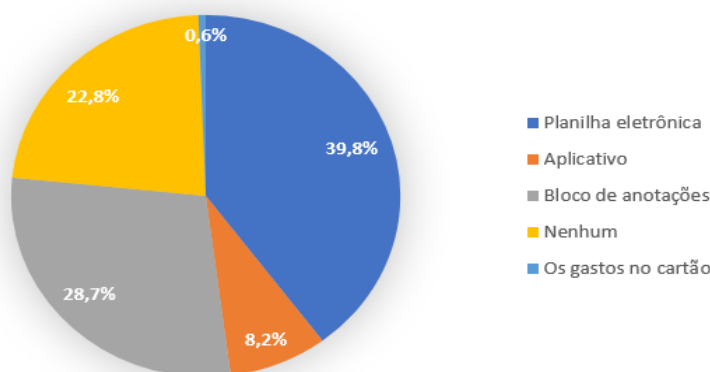
Cerca de 81,9% dos entrevistados consideraram ser muito importante a educação financeira para o bem-estar econômico pessoal. Além disso, 55% dos participantes acreditam que a maior contribuição pessoal do ensino de finanças durante a formação acadêmica é a gestão financeira efetiva, 20,5% alegaram ser a organização, 11,7% acreditam ser a independência e a disciplina, cada. E somente 1,2% disseram não observar contribuição deste ensino. Consonante a isso, Minella *et al.* (2017) revela que, de acordo com seu estudo, a educação financeira contribui diretamente no melhor gerenciamento do dinheiro no que tange aos gastos periódicos com obrigações financeiras, consumo e endividamento.

### 4.3 Investimentos e Endividamentos

O terceiro e último bloco foi elaborado para elucidar o nível de conhecimento e o comportamento financeiro dos entrevistados, no que tange aos investimentos e aos endividamentos. Diante disso, foi possível observar que cerca de 76,6% dos respondentes afirmaram realizar algum tipo de planejamento financeiro. Esse percentual elevado também é encontrado por Silva *et al.* (2020) em seu estudo, onde alegam que mais de 50% dos seus entrevistados também realizam o planejamento financeiro pessoal, o que demonstra a congruência nas narrativas encontradas.

A frequência do controle do planejamento relatada pelos investigados desta pesquisa concentrou-se entre três períodos: 39,8% disseram fazer a gestão mensal, 32,4% não fazem o controle e 20,5% gerenciam o planejamento semanalmente. Diante disso, infere-se que o dado alarmante da falta de controle financeiro entre os participantes seja em função do maior público presente neste estudo: jovens solteiros. O alto percentual de pessoas que não utilizam nenhum tipo de planejamento financeiro também é refletido na pesquisa de Silva *et al.* (2020), quando 48,8% dos entrevistados disseram não o praticar.

O Gráfico 1 apresenta o resultado obtido no questionário sobre as ferramentas mais utilizadas pelos participantes para auxiliá-los no controle financeiro.

**Gráfico 1 – Meios utilizados para o controle financeiro**

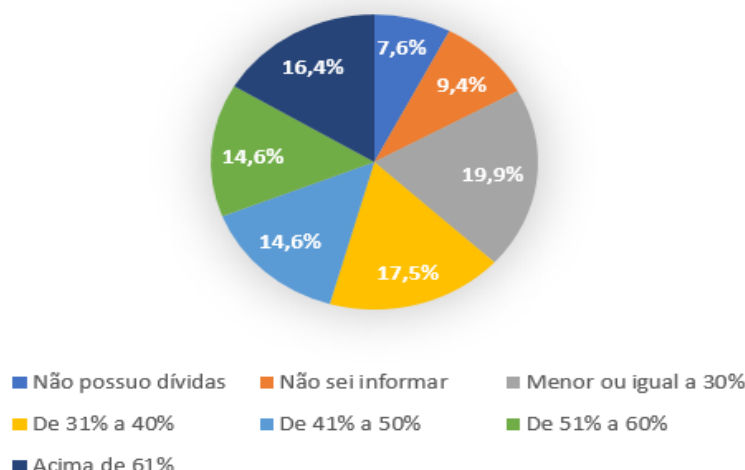
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A respeito das ferramentas utilizadas para o controle financeiro, 39,8% dos indivíduos utilizam planilha eletrônica, 28,7% fazem uso de bloco de anotações, 8,2% controlam-se por meio de aplicativos e 0,6% revelam que utilizam os gastos no cartão como controle. No entanto, observa-se que grande parte dos participantes (22,8%) não utilizam nenhum instrumento para o controle financeiro. É intrigante tal achado, uma vez que 67,6% afirmaram fazer o controle periódico do seu planejamento, ou seja, a expectativa de resultado diante disso seria do mesmo percentual encontrado distribuído entre as ferramentas disponíveis na questão. Uma possível justificativa para tal incoerência seja em função do controle periódico estar baseado na intuição e/ou memória destes participantes, o que faz tornar a gestão inadequada, tendo em vista o risco encontrado na falha humana referente à psiquê destes indivíduos. Diante disso, a necessidade do controle financeiro por meio de ferramentas auxiliares é de suma importância, por permitir armazenar dados históricos e futuros para melhor gestão dos recursos financeiros.

A fim de obter informações pertinentes à conduta dos entrevistados, foi perguntado a eles qual costuma ser o principal destino do 13º salário. Então, os destinos mais apresentados foram os investimentos com 31%; quitar dívidas com 15,2%; pagar contas da casa com 14,6%; e, 9,9% disseram que o maior destino do 13º salário é para compras de fim de ano. A partir disso, infere-se que, mesmo com pouco conhecimento, os participantes consideram que este recurso sobressalente pode ser utilizado como um capital de emergência ou, até mesmo, um novo aporte em seus investimentos. Além disso, a questão chama a atenção quando observado que parte considerável dos entrevistados utiliza o 13º salário para pagar dívidas, possivelmente por conta de um planejamento financeiro inadequado.

Ademais, considerando oportuno abordar sobre as dívidas, averiguou-se qual percentual, em média, da renda mensal está comprometido para quitar dívidas mensais, em que dívidas se referem às compras a prazo, como é apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Percentual da renda mensal comprometido para quitar dívidas



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Desta forma, as respostas indicaram uma divisão equilibrada entre os percentuais de endividamento, onde 19,9% disseram que o percentual da renda mensal comprometida com dívidas é menor ou igual a 30%; 17,5% afirmaram ser de 31% a 40%; 16,4% revelaram que o compromisso está acima de 61%; 14,6% declararam ter o encargo de 41% a 50% e o mesmo percentual de 14,6% informou ter de 51% a 60% de comprometimento; 9,4% não souberam informar; e, somente 7,6% disseram não possuir dívidas. Ao todo, 63,1% dos participantes disseram ter mais de 30% da sua renda mensal comprometida, o que indica grande relação com a falta de planejamento e controle financeiro já supracitado. Este dado é alarmante ao passo que, de acordo com Cozer (2021), o ideal é distribuir a renda mensal em três partes: 50% deste recurso deve estar associado aos gastos fixos mensais não parceláveis, como moradia, alimentação, transporte e saúde; 30% sendo destinado às despesas variáveis, isto é, lazer, assinaturas de internet e televisão, compras supérfluas; e 20% devem estar destinados à reserva financeira e demais projetos. Isso posto, observa-se que os entrevistados, em sua maioria, estão muito fora do previsto como ideal para o equilíbrio financeiro, apresentando dívidas exacerbadas e descontroladas, sendo impeditivo para o salutar bem-estar financeiro.

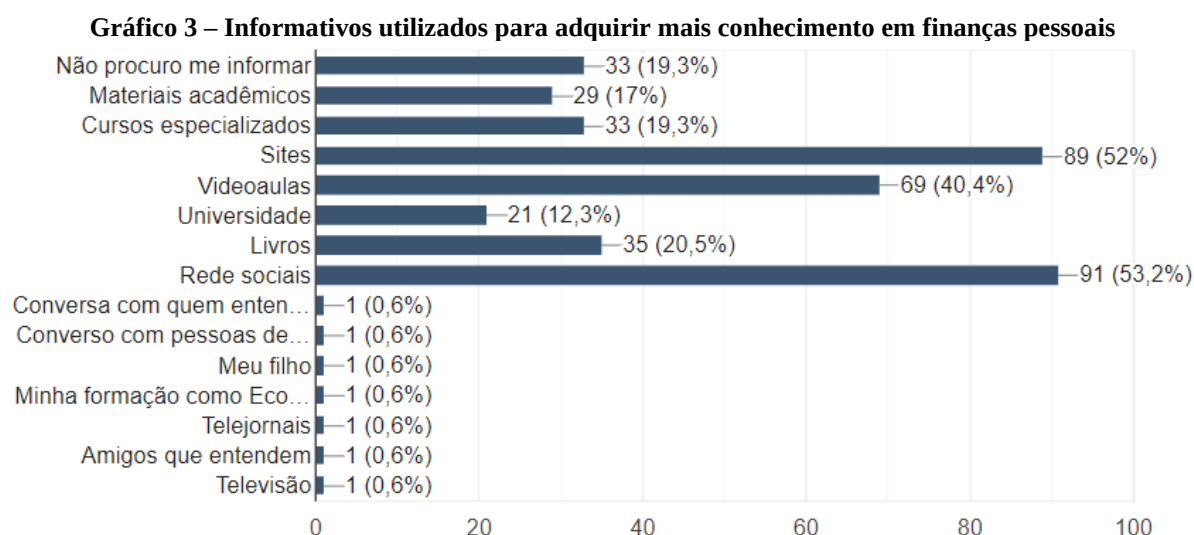
Neste sentido, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) revelam que o percentual das pessoas que não possuem dívidas também é o menor em sua pesquisa, mostrando que o acúmulo de obrigações financeiras se tornou muito comum entre as pessoas. Em relação aos gastos variáveis, o cartão de crédito e o financiamento de automóvel foram suas variáveis de maior percentual de dívida apontadas pelos servidores investigados (SILVA; SILVA NETO; ARAÚJO, 2017). Além disso, o alto endividamento retratado neste estudo pode se tornar ainda mais perigoso quando se trata de um consumo compulsivo e sem planejamento. Minella *et al.* (2017) aponta que 21% dos seus investigados afirmam gastar mais do que ganham, o que se torna um indício para o empréstimo de terceiros a fim de financiar estes gastos, acrescentando, assim, mais um encargo financeiro.

Ainda discorrendo sobre a gestão dos recursos financeiros, foi indagado aos participantes sobre a reserva financeira de emergência. Observou-se que 31,6% dos entrevistados consideram manter-se com o mesmo padrão de vida, de um a três meses, caso percam sua fonte de renda; 25,7% disseram que conseguiriam viver de quatro a seis meses; 18,1% por menos de 1 mês; 16,4% de sete a doze meses; e, apenas 8,2% estariam preparados a levar o mesmo padrão de vida por mais de doze meses. Tendo em vista o alto percentual revelado de pessoas que realizam o planejamento financeiro encontrado na pesquisa, este resultado revela que o planejamento está sendo mal elaborado e/ou mal executado. O alto grau de estudo dos indivíduos analisados deveria indicar também uma melhor representatividade

neste ponto, visto que as pessoas mais instruídas têm uma maior percepção de necessidade em lidar com imprevistos, segundo encontrado por Minella *et al.* (2017) em sua pesquisa. De maneira complementar, a Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (ADAMI, 2021), orienta que o mais adequado é que o recurso disponível para reserva de emergência seja equivalente a seis meses de despesa.

Para averiguar o conhecimento financeiro dos entrevistados no tocante ao processo decisório dos investimentos, os indivíduos foram interrogados sobre a percepção deles a respeito do conhecimento financeiro para administrar seus próprios recursos. Verificou-se que 42,7% das pessoas participantes se sentem razoavelmente seguras para administrar seus recursos financeiros; 10,5% se sentem muito seguros; no entanto, 32,7% mostraram que não se sentem muito seguros; e 14% se sentem nada seguros. Isso quer dizer que 53,2% dos entrevistados se sentem, no mínimo, razoavelmente seguros para efetuarem a gestão dos seus recursos, o que também pode ser um reflexo do considerável nível de escolaridade da maior parte dos participantes. Ademais, o conhecimento teórico dos entrevistados no tocante aos termos de finanças já revelado até aqui permite inferir que muito colaborou para esta segurança dos indivíduos, considerando que os únicos termos que representaram o menor conhecimento significativo entre os mesmos foram a taxa Selic e taxa DI, indicando a familiaridade com os outros termos citados, refletindo na maior segurança destes na administração das finanças pessoais. Apesar disso, o preocupante percentual de pessoas que se sentem inseguras para melhor gerir seus recursos (46,7%) também deve ser levado em conta quando a insegurança reflete na ineficiente administração financeira, considerando que 59,7% dos entrevistados possuem ao menos um dependente de sua renda, ou seja, este é o responsável não só pela gestão do recurso pessoal, mas também familiar.

Em seguida, questionou-se sobre quais meios informativos os participantes da pesquisa utilizam para adquirir conhecimento em finanças pessoais. O resultado pode ser observado no Gráfico 3:



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

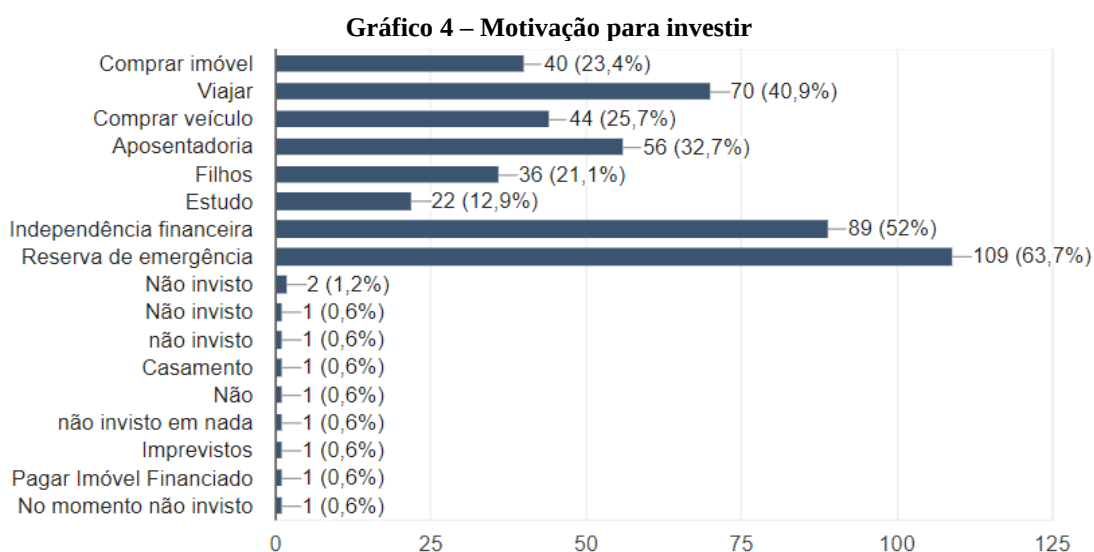
Percebe-se, no Gráfico 3, que as redes sociais e os sites são os meios informativos mais utilizados pelos entrevistados, obtendo 53,2% e 52% das respostas, respectivamente. As videoaulas, também, foram o terceiro meio mais utilizado pelos respondentes para adquirir conhecimentos financeiros, representando 40,4% dos votos. Dentre os outros meios, foi possível identificar que a universidade é um dos recursos menos utilizados para obter este tipo de conhecimento e, outro dado relevante é o considerável percentual de indivíduos que não procuram se informar. Além disso, os entrevistados trouxeram outros instrumentos utilizados



para adquirirem mais conhecimento em finanças, mas nenhum deles trouxe percentual significativo (4,2% da amostra, ao total). Esta pesquisa permitiu identificar que 81,9% dos respondentes disseram que a educação financeira é muito importante para o bem-estar econômico pessoal, entretanto, o gráfico apresenta que 19,3% dos entrevistados não procuram se informar sobre os conceitos abordados em finanças pessoais, o que torna tal fato intrigante.

Os respondentes foram questionados sobre a parcela destinada aos investimentos. Foi verificado que 21,2% não separam dinheiro algum para investir e 78,80% destinam uma parte do dinheiro para investimentos, sendo que 46,8% disseram separar o dinheiro para investir apenas se sobrar algo após pagar todas as obrigações/contas/boletos e 32,2% separam o recurso para investir assim que recebem sua renda. Aqui, lançando mão da regra 50-30-20 (COZER, 2021), popularmente conhecida como uma regra de equilíbrio financeiro, observa-se que tal regra não é respeitada por grande parte dos entrevistados, levando em consideração que 20% da renda de cada um deveria ir para os investimentos, seja ele para conquista de um projeto futuro ou apenas para reserva de emergência. Quem investe apenas o que sobra, se sujeita a, nem sempre, ter o recurso necessário para arcar com qualquer imprevisto e prolonga ou impede a concretização de sonhos.

De maneira complementar, foi perguntado sobre quais seriam as motivações para investirem, em que as opções listadas foram: comprar imóvel, viajar, comprar veículo, aposentadoria, filhos, estudo, independência financeira, reserva de emergência e outros com menor relevância, como pode ser observado no Gráfico 4:



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O percentual mais significativo encontrado nesta pergunta foi o destinado a reserva de emergência, porém, como já mencionado anteriormente, poucos participantes disseram estar preparados para qualquer contratempo financeiro, revelando que apenas 24,6% conseguiriam se manter com o mesmo padrão de vida por mais de seis meses caso houvesse alguma crise inesperada.

De maneira antagônica à principal motivação encontrada neste estudo, Minella *et al.* (2017) revelou que, em sua amostra de investigação, a aplicação não é observada quando se trata da gestão de reserva de emergência, identificando o despreparo dos indivíduos frente aos eventos inesperados. Diante disso, uma possível justificativa que levou a reserva de emergência ter sido apontada nesta pesquisa como a principal motivação para investir, foi a pandemia do COVID-19, vivida desde início de 2020. Essa relação pode ser observada se for levar em conta que as pessoas, de maneira geral, se viram frente à extrema necessidade de ter recurso financeiro

disponível para os suprir em meio a tamanha calamidade, onde aumentou, significativamente, o número de desempregados, que tiveram que contar, muitas vezes, com a ajuda do governo federal para financiar suas despesas.

Duas motivações também muito expressivas foram a independência financeira e a aposentadoria, onde, apesar de haver semelhança entre elas, é válido destacar que a independência financeira é o fato de ter a sua disposição uma renda passiva e ativa, fruto de investimentos onde o recurso investido permite pagar seu custo de vida, sejam as despesas fixas ou variáveis, apenas com os seus rendimentos e mantendo o valor principal investido. A aposentadoria, por sua vez, permite que o indivíduo tenha condição de ter uma renda mensal que o sustente, mas, muitas vezes, apenas de maneira passiva. Por fim, vale ressaltar que viajar também é uma das maiores motivações para investir, segundo os investigados, podendo ser visto como um objetivo de curto ou médio prazo no planejamento financeiro.

A pesquisa conseguiu apontar que uma parte considerável dos entrevistados possui investimentos (44,4%), ou seja, essa é uma realidade para quase metade dos deles. Entretanto, do restante que não possui investimentos, duas justificativas chamaram atenção: 22,8% dos participantes não possuem aplicações financeiras, porque julgam não possuir dinheiro suficiente para investir e 19,3% disseram não ter conhecimento para isso. Essa questão permitiu a colaboração ativa dos participantes, possibilitando que estes incluíssem outros motivos que os impedissem de investir, além dos que a questão já abordava. Sendo assim, alguns disseram não investir porque têm outras prioridades e que esse não é o objetivo. A partir disso, os demais 55,6% dos entrevistados que não possuem investimentos retratam a dificuldade encontrada pela maioria dos indivíduos aqui estudados, no que se refere ao conhecimento em torno da educação financeira e planejamento. Da mesma forma, Silva, Leal e Araújo (2018) identificaram que a falta de entendimento nos conceitos relacionados à juros, risco e retorno se torna um impasse para a realização de investimentos.

Ainda avaliando o alto percentual de pessoas que disseram possuir investimentos, percebe-se um possível equívoco entre os participantes quanto à interpretação deste termo, tendo em vista que apenas 24,6% dos entrevistados conseguiriam se manter com o mesmo padrão de vida por mais de seis meses, caso perdessem sua principal fonte de renda. Os participantes, provavelmente, estão conceituando a reserva de emergência como investimento, desconsiderando o fato que este recurso deve ser considerado como um capital de segurança para lidar com alguns imprevistos financeiros, como a perda da principal fonte de renda, por exemplo.

Possuindo investimentos ou não, os indivíduos participantes puderam apontar seu perfil de investidor, onde 60,8% se descrevem como conservador, ou seja, preferem investimentos de baixo risco, mesmo que isso diminua o potencial de rendimentos. O perfil moderado foi apresentado por 28,1% dos participantes, que toleram eventual risco para buscarem obter maior rentabilidade na própria carteira de investimentos e, com 11,1% das respostas, os entrevistados disseram ter o perfil agressivo, aceitando correr mais risco em ativos de alta volatilidade em busca de maior retorno financeiro.

O estudo buscou também analisar o conhecimento dos participantes no tocante aos ativos ofertados no mercado financeiro. A Tabela 3 demonstra os resultados alcançados no questionamento sobre a familiaridade dos entrevistados aos mais diversos ativos financeiros negociados.

**Tabela 3 – Avaliação de familiaridade referente aos ativos financeiros**

| Ativo financeiro                                       | Desconheço esse termo (%) | Conheço pouco (%) | Conheço razoavelmente (%) | Considero conhecer bastante (%) |
|--------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------|
| Poupança                                               | 1,2                       | 8,2               | 33,9                      | 56,7                            |
| CDB, LCI, LCA, Tesouro Direto                          | 20,5                      | 32,7              | 27,5                      | 19,3                            |
| Fundos de Renda fixa, Debentures, CRI, CRA             | 32,2                      | 32,7              | 22,8                      | 12,3                            |
| Fundos Multimercados, Fundos Cambiais, Fundos de Ações | 33,3                      | 42,7              | 12,3                      | 11,7                            |
| Ações, Fundos Imobiliários                             | 23,4                      | 44,4              | 17,5                      | 14,6                            |
| Derivativos (Futuros, Opções, Swaps)                   | 53,2                      | 33,3              | 7                         | 6,4                             |
| Criptomoedas                                           | 29,8                      | 44,4              | 19,3                      | 6,4                             |

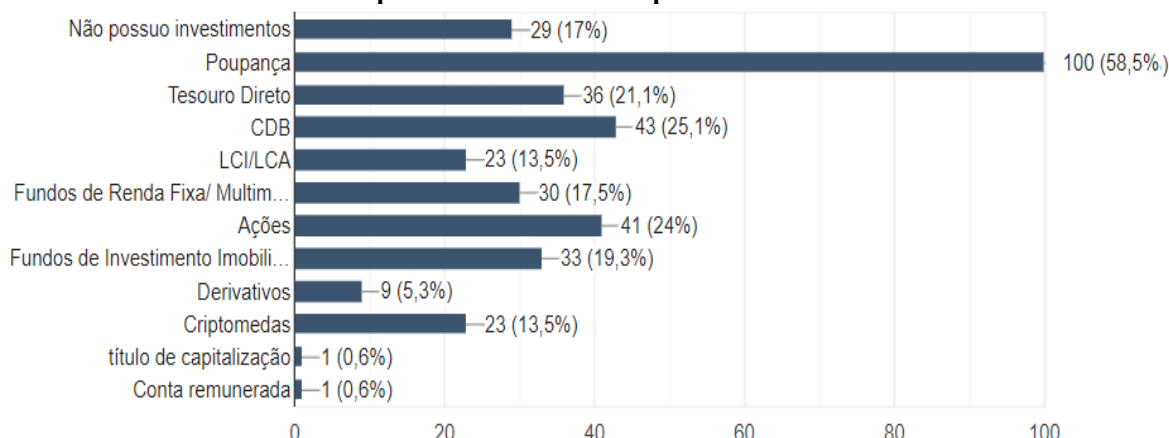
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A poupança aponta ser o ativo com o maior conhecimento frente aos demais, dito por 56,7% dos entrevistados. Os ativos como CDB, LCI, LCA, tesouro direto, apresentaram, como dado mais relevante que cerca de 32,7% das pessoas disseram conhecer pouco sobre esse assunto. Os fundos de renda fixa, CRI, CRA apresentaram percentuais equiparados como destaque, onde, aproximadamente, 32% dos entrevistados consideram desconhecer esse termo e, o mesmo percentual disse conhecer pouco sobre o assunto. Os fundos multimercados, fundos cambiais e fundos de ações evidenciaram que são conhecidos por 42,7% dos indivíduos. De maneira análoga, 44,4% dos entrevistados disseram conhecer pouco as ações e os fundos imobiliários, e as criptomoedas. No entanto, o grupo de ativos de menor conhecimento foi o de derivativos, sendo mencionado por 53,2% dos participantes.

Os levantamentos acima explicam o fato de que a maioria dos participantes classificou o perfil de investidor como conservador. Esses ativos mais comuns de renda fixa como poupança, CDB, LCI, LCA e tesouro direto são mais abordados nos bancos e entre as mídias sociais, o que proporciona maior contato entre as pessoas e esses investimentos, tornando-os mais familiares. Isso pode se dar ao fato do Brasil ser um país economicamente e politicamente instável, fazendo com que os meios de informação apresentem aos investidores os ativos de menor risco financeiro.

Em contrapartida, as ações, os derivativos, as criptomoedas e os fundos de investimentos, de maneira geral, foram os que mais apresentaram respostas que consideram conhecer pouco ou desconhecer o termo. Para isso, tem-se que estes ativos são mais complexos, não só no fundamento em si, mas também da análise individual sobre seu comportamento histórico, tendência de desempenho futuro, comportamento do mercado interno (no Brasil) e externo (fora do Brasil), entre outras avaliações que são necessárias para encontrar a melhor opção de investimento de acordo com o tempo vivido. Sendo a amostra analisada carente de conhecimento financeiro, é de se esperar que realmente não sejam familiarizados com os ativos em questão.

Outrossim, foi perguntado aos entrevistados quais tipos de investimentos possuem. No Gráfico 5 são exibidas as respostas relatadas.

**Gráfico 5 – Tipos de investimentos no portfólio dos entrevistados**

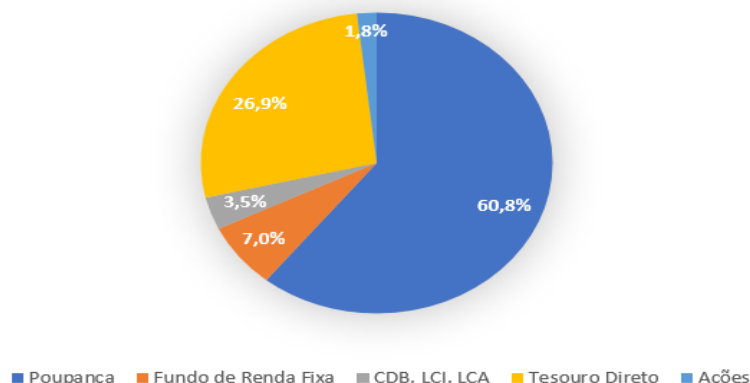
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir do Gráfico 5 é possível verificar que, além de ser o ativo de maior popularidade entre os entrevistados, a poupança é o investimento presente na carteira da maioria dos participantes, representando 58,5% das respostas, o que corrobora o perfil conservador destacado anteriormente. Da mesma forma, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) citam que essa percepção de risco também foi encontrada em sua pesquisa, onde os participantes mencionaram a poupança como ativo de menor risco se comparado aos títulos públicos, CDB e ações.

Pode-se observar ainda que os derivativos são apontados como um dos ativos menos presentes no portfólio dos entrevistados, encontrados em apenas 5,3%, ratificando o dado encontrado na Tabela 2, como o ativo desconhecido pela maioria dos participantes. Apesar de pouco conhecida, as criptomoedas fazem parte da carteira de investimentos de 13,5% dos entrevistados.

As três últimas questões do estudo buscaram exprimir, de maneira aplicada, o real conhecimento financeiro dos entrevistados. Logo, o Gráfico 6 apresenta os ativos financeiros apontados como de menor risco de crédito pelos entrevistados. Segundo os mesmos, este ativo é a poupança, obtendo 60,8% das respostas. Apesar da poupança ser, de fato, um ativo de baixo risco de crédito por contar com a proteção do FGC de até R\$ 250.000,00 por CPF e instituição financeira, o tesouro direto é o investimento em títulos da dívida pública federal e protegido pelo Tesouro Nacional, que garante 100% das aplicações dos investidores dos títulos públicos. Sendo assim, o tesouro direto é classificado como o ativo de menor risco de crédito do mercado (TESOURO NACIONAL, 2022), tendo em vista que, além da proteção dita acima, caso exista algum colapso do país, como a queda do estado, as instituições privadas serão atingidas primeiramente. Quando é considerado que grande parte dos entrevistados possuem investimentos (44%), perceber que 60,8% deles afirmaram que a poupança é o investimento de menor risco de crédito é não só inesperado, mas também alarmante. A resposta errada dos participantes abre brecha para a necessidade de maior conhecimento e análise dos investimentos por eles praticados.

Gráfico 6 – Ativos apontados como menor risco de crédito pelos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Foi também questionado aos participantes sobre qual ativo, em teoria, eles acreditavam ser o investimento com maior relação risco *versus* retorno. Então, 45% deles disseram ser o fundo imobiliário e a resposta foi coerente, considerando que, por se tratar de um ativo de renda variável, o risco deste investimento está relacionado ao fato de não se ter uma garantia do retorno que ele terá ao longo do tempo. No entanto, por ser um produto negociado na bolsa de valores, os fundos imobiliários podem se beneficiar com as flutuações do mercado se comparado aos demais ativos considerados na questão, como os fundos de renda fixa, títulos do tesouro e CRI, CRA. Além de que, os fundos imobiliários proporcionam ao investidor o pagamento periódico de dividendos, chamados de “*yield*”, que são um percentual da performance do fundo pago aos cotistas (geralmente feito de maneira mensal), o que gera uma renda passiva. Ou seja, apesar de ser considerado um investimento de risco maior frente aos demais supracitados, os investidores dos fundos imobiliários podem se beneficiar tanto da valorização das cotas dos fundos, quanto com os dividendos recebidos periodicamente (AMARAL; BARBOSA, 2021). Vale ressaltar que 55% dos respondentes não selecionaram o ativo de maior risco, sugerindo desconhecimento sobre ativos financeiros que corrobora o fato do baixo conhecimento dos mesmos sobre ativos financeiros revelados na Tabela 2.

Finalmente, a última questão exigiu o auxílio de cálculo matemático para extrair a resposta dos participantes. Foi proposta a seguinte questão: “Supondo que você possua R\$ 100,00 na poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Após 6 anos, qual valor você terá na poupança? (Considere que não tenha sido realizado depósito e/ou saque do dinheiro no período em questão)”. Assim, 55,6% das pessoas disseram, corretamente, ser mais de R\$ 160,00, considerando que a poupança é um ativo financeiro que incorre o cálculo de juros sobre juros (juros compostos), ou seja, os juros do período somado ao capital são utilizados para o cálculo de novos juros. Mesmo sendo a maioria, aproximadamente 45% das pessoas não acertaram, sendo assim, infere-se baixo entendimento dos conceitos básicos de finanças.

A partir da aplicação do questionário pode-se inferir que a maior parte da amostra, apesar de já ter ouvido falar em educação financeira e ter ciência da sua importância, desconhece os termos comumente tratados em finanças. Observa-se também que o pouco conhecimento referente à taxa Selic e taxa DI, por exemplo, se reflete na insegurança relatada por eles como investidores. Vale citar ainda que, apesar da maioria dos entrevistados citar a reserva de emergência como motivação para investir, a pesquisa mostrou que este investimento pode não estar sendo bem executado, visto que o planejamento financeiro ainda não é uma realidade para grande parte deste público, comprometendo não só os investimentos em si, mas também o controle de endividamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento adquirido através da educação financeira permite ao indivíduo um maior poder de análise de tomar decisões mais eficazes. Este entendimento proporciona a utilização de conceitos financeiros indispensáveis para a realização de um planejamento financeiro pessoal e familiar, podendo identificar as melhores oportunidades de investimentos de acordo com seu perfil de risco e cenário vivido, além de saber avaliar as possibilidades de endividamento, quando necessário. Diante disso, este estudo buscou evidenciar a importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos, através da aplicação de um questionário, visando obter dados que refletissem as informações socioeconômicas dos participantes, seu conhecimento e comportamento financeiro.

Por meio do instrumento de coleta de dados pode-se identificar a importância atribuída à educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos. Isso porque 81,9% dos entrevistados revelaram que consideram a temática de suma relevância, no entanto, grande parte não desfrutou da oportunidade de terem sido lecionados sobre o assunto durante a vida acadêmica, mesmo tendo cursado o ensino superior. Por conseguinte, através dos dados da pesquisa, é possível evidenciar o desconhecimento sobre termos econômicos comumente utilizados na sociedade, o que acarreta a dificuldade do discernimento da movimentação aparente do mercado, das melhores opções de investimentos e na provável conduta frente aos endividamentos.

A pesquisa permitiu extrair que 55% dos entrevistados consideraram a educação financeira como o instrumento ideal para tornar a gestão financeira efetiva, ou seja, buscar otimizar os ganhos financeiros e controlar os custos. Apesar disso, 46,8% dos participantes informaram que apenas fazem investimentos caso, após o pagamento de todas as obrigações, ainda possua recurso, o que revela a falta de planejamento financeiro relacionado à gestão dos gastos mensais e aplicações financeiras, a fim de possibilitar a reserva de emergência e independência financeira, consideradas como principais motivações para investimentos, segundo a pesquisa realizada.

Em suma, foi possível inferir que os indivíduos avaliados neste estudo realmente carecem de informação, conhecimento e educação financeira, tendo em vista que o comportamento dos mesmos frente às inúmeras vertentes financeiras se mostra totalmente fragilizado, de modo a ser mais suscetível à, não só tornar a prática da realização de investimentos inadequada, mas também de assumir dívidas descabidas e, até mesmo, exacerbadas. A necessidade da ampla disseminação da educação financeira é igualmente notória, ao passo que apenas 7,6% dos participantes disseram não possuir dívidas e 58,5% dos deles afirmaram investir na poupança, mesmo sendo uma aplicação menos rentável, se comparada ao tesouro Selic (título público emitido pelo governo federal).

Assim, o estudo permitiu evidenciar que esta falta de conhecimento em torno da educação financeira acarreta consequências críticas no tocante às finanças pessoais. Como explanado, a desorganização financeira observada por estes tem significativa relação com o aumento do endividamento, com a menor disponibilidade de recursos para os investimentos e com a incapacidade de responder, adequadamente, aos diversos imprevistos financeiros.

De forma geral, é notório que a maior parte dos indivíduos se encontra em desvantagem considerável, devido ao desconhecimento, quando o assunto é a forma como agir perante os efeitos do mercado financeiro. Os noticiários propagam índices e taxas referentes à economia que impactam as finanças pessoais de todos e este é um dos momentos em que a educação financeira se faz tão necessária. É o conhecimento dos conceitos teóricos e práticos adquiridos na educação financeira que fará diferença sobre a interpretação dos dados divulgados e a escolha da melhor ação a ser tomada.

Considerando, então, a *internet* ser a maior fonte de aprendizagem sobre educação financeira através das redes sociais, sites e videoaulas, de acordo com o exposto pelos entrevistados, sugere-se que os veículos de informação das organizações de João Pessoa explorem mais este meio para atingir os inúmeros nichos da cidade. Aos institutos de educação, é proposto que revisem suas grades curriculares, para que possam adaptar e incluir disciplinas voltadas ao ensino de educação financeira nas escolas e faculdades, podendo colaborar com a melhor gestão dos recursos financeiros dos seus discentes, nas áreas pessoal e familiar, contribuindo para a fomentação de uma sociedade salutar.

Frente aos preceitos citados, esta pesquisa buscou contribuir, com expertise, para a melhoria da vida financeira dos indivíduos em questão, por expor métodos que poderão ser empregados de forma ampla e extensiva, com o propósito de auxiliar as escolhas dos investimentos e endividamentos. É possível dizer ainda que esta pesquisa científica pôde colaborar com as organizações de interesse sobre o real conhecimento financeiro dos moradores de João Pessoa, podendo ser utilizado como instrumento de estudo facilitador da tomada de decisão, voltada a disseminação da educação financeira na cidade. Contudo, algumas limitações foram encontradas ao longo desta pesquisa: o tempo total destinado à aplicação do questionário e a amostra de 171 participantes, sendo menos de 0,03% da população em questão.

Da mesma forma, é recomendado que a temática em questão continue sendo abordada com mais profundidade e frequência em demais estudos, a fim de observar os avanços apresentados ao longo do tempo, de maneira teórica e prática, pontuando as iniciativas públicas e privadas na propagação deste conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABECS. Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, fev. de 2021. **Balanco 2020.** Disponível em: <<https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao-Balanco-2020.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2021.
- ABREU, I. Falta de educação financeira: estudo aponta que o brasileiro desconhece princípios básicos de finanças e investimentos. **Revista Relação com os Investidores**, v. 172, abril 2013.
- ADAMI, M. Quanto guardar para a reserva de emergência? Onde investir o dinheiro?. **Uol Economia**, 30 de ago. de 2021. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2021/08/30/quanto-devo-guardar-todo-mes-para-montar-a-reserva-de-emergencia.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- AMARAL, L.; BARBOSA, G. Fundos Imobiliários São Opções de Renda Variável Menos Voláteis e Mais Rentáveis. **Investing.com**, 14 de mar. de 2021. Disponível em: < <https://br.investing.com/analysis/fundos-imobiliarios-sao-opcoes-de-renda-variavel-menos-volateis-e-mais-rentaveis-200440675>>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, 2021. **Raio X do Investidor Brasileiro 4ª Edição.** Disponível em: <[https://www.anbima.com.br/pt\\_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm)>. Acesso em: 06 out. 2021.
- BALASSIANO, M.; PESSÔA, S. Desempenho da Economia Brasileira nos Últimos Oito Quadriênios (1987-2018). **FGV IBRE**, 28 de dez. de 2021. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/desempenho-da-economia-brasileira-nos-ultimos-oito-quadrienios-1987-2018#:~:text=Nos%20oito%20per%C3%ADodos%20de%20quatro,o%20PIB%20mundial%2C%20ao%20ano.>>>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- BCB. Banco Central do Brasil, 23 de set. de 2019. **Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais.** Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania\\_biblioteca](https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania_biblioteca)>. Acesso em: 30 ago. 2021.

- BÊRNI, D.; FERNANDEZ, B. **Métodos e técnicas de pesquisa**: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. **Decreto n.º 10.393 de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm)>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BRITO, A.; AMARAL, M. Teoria dos prospectos: a tomada de decisão do investidor imobiliário à luz das finanças comportamentais. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 10, p. 01-16, jan./dez. 2020.
- CAMPOS, R.; ARAÚJO, U.; ASSIS, L. A tomada de decisão para o desenvolvimento de novos produtos: um estudo na indústria da moda de Belo Horizonte. **Revista E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 21, n. 58, Jan./Abr. 2021.
- COZER, F. Regra 50-30-20: Aprenda um método para conseguir economizar hoje. **Uol Economia**, 14 de out. de 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2021/10/14/regra-50-30-20-aprenda-um-metodo-para-conseguir-economizar-hoje.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- DOMINGOS, R. Qual seu perfil de investidor? **Infomoney**, 13 de jul. de 2016. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/colunistas/financas-em-casa/qual-seu-perfil-de-investidor/>>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Modelo conceitual e objetivos**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/en/modelo-conceitual-e-objetivos/>>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/enef/>>. Acesso em: 04 out. 2021.
- GALLO, E. Teoria da decisão: o desenvolvimento do pensamento econômico da racionalidade à subjetividade. **Revista História Econômica & História de Empresas**, v. 24, n. 2, p. 531-564, 2021.
- GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2019.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
- GOEKING, W. Que tipo de investidor é você? Conheça seu perfil e invista melhor. **Infomoney**, 19 de set. de 2017. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/que-tipo-de-investidor-e-voce-conheca-seu-perfil-e-invista-melhor/>>. Acesso em: 04 out. 2021.
- GOVERNO DO BRASIL. **Lançada Ferramenta que faz diagnóstico da situação financeira do brasileiro**, 19 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/07/lancada-ferramenta-que-faz-diagnostico-da-situacao-financeira-do-brasileiro>>. Acesso em: 02 out. 2021.
- JUSTEN, C.; TEIXEIRA, B. O Nível de Comprometimento da Renda com Compras Parceladas de Estudantes Universitários do RS: Análise da Influência do Gênero. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 20, n. 46, pág. 69-85, 2020.
- LIZOTE, S. et al. Finanças Pessoais: Um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista da UNIFEPE**, v. 1, n. 19, set/dez. 2016.
- MINELLA, J. M. et al. A Influência do Materialismo, Educação Financeira e Valor Atribuído ao Dinheiro na Propensão ao Endividamento de Jovens. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 18, n. 1, p. 182-201, 2017.
- MORAES, F. **Educação financeira**: curso de capacitação na formação docente inicial. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2019.



- OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Assessoria de Comunicação Social, 2005. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em 02 out. 2021.
- PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Atlas, 2016.
- PEREIRA, M.; FONSECA, J. **Faces da Decisão:** abordagem sistêmica do processo decisório. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- ROSSATO, V.; BESKOW, R.; PINTO, N. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 94-113, Janeiro-Junho, 2019.
- SALOTTI, B. et al. **Contabilidade financeira.** São Paulo: Atlas, 2019.
- SANTOS, J. **Finanças pessoais para todas as idades:** um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.
- SILVA, A. L. P. et al. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, [S.l.], n. 41, p. 215-224, jun. 2018.
- SILVA, A. K. P. et al. Finanças Pessoais: Um Estudo da Relação entre a Educação Financeira e o Endividamento dos Servidores da Universidade Federal do Ceará. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 11, n. 2, p. 3189-3213, 2020.
- SILVA, J. G.; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017.
- SILVA, M. A.; LEAL, E. A.; ARAÚJO, T. S. Habilidades Matemáticas e o Conhecimento Financeiro no Ensino Médio. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2018.
- SOUSA, A. et al. **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio:** fundamentos e prática. São Paulo: Ed. Manole, 2018.
- SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação na UnB. 2015. 87 f.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18670>>. Acesso em: 30 ago. 021.
- SPC. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SPC, jan. de 2019. **Educação Financeira: Orçamento Pessoal e Endividamento.** Disponível em: <[https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/01/analise\\_pesquisa\\_educacao\\_financeira\\_2019.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/01/analise_pesquisa_educacao_financeira_2019.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 021.
- TESOURO NACIONAL. **O seu dinheiro rendendo com segurança!** Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/conheca/conheca-o-tesouro-direto.htm#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20acess%C3%ADvel%20e%20de,de%20menor%20risco%20do%20mercado.>>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- VALOR. Valor Econômico. **Posso ter diferentes perfis como investidor**, 21 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/coluna/posso-ter-diferentes-perfis-como-investidor.ghtml>>. Acesso em: 04 out. 2021.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

O presente questionário visa adquirir informações pertinentes aos mais diversos dilemas financeiros pessoais. O material aqui colhido será empregado como fonte de estudo para a análise da importância da educação financeira no processo decisório dos investimentos e dos endividamentos da população de João Pessoa - PB. Além disso, essa pesquisa será instrumento para a produção de um artigo científico utilizado como Trabalho de Conclusão de Curso, aplicado através da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Este é um questionário online que será utilizado para estudo em uma pesquisa científica. Você gostaria de participar como voluntário (a)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

### Bloco 1 - Dados sociodemográficos

Faixa etária:

- ☐ 18 a 27 anos
- ☐ 28 a 37 anos
- ☐ 38 a 47 anos
- ☐ 48 a 57 anos
- ☐ 58 ou mais

Gênero:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

Estado civil:

- ☐ Casado(a)/União Estável
- ☐ Separado(a)/Divorciado(a)
- ☐ Viúvo (a)
- ☐ Solteiro(a)

Renda familiar mensal:

- ☐ Até R\$ 2.200,00
- ☐ De R\$ 2.200,01 a R\$ 4.400,00
- ☐ De R\$ 4.400,01 a R\$ 11.000,00
- ☐ De R\$ 11.000,01 a R\$ 22.000,00
- ☐ Acima de R\$ 22.000,00

Principal fonte de renda:

- ☐ Trabalho formal
- ☐ Trabalho informal
- ☐ Aposentadoria
- ☐ Autônomo
- ☐ Estágio
- ☐ Não possuo nenhuma atividade remunerada
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

Além de você, quantas pessoas dependem da sua renda?

- ☐ Nenhuma
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ Acima de 3

Qual é o seu maior grau de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior

☐ Pós graduação

### Bloco 2 - Educação Financeira

Você já ouviu falar em educação financeira?

☐ Sim

☐ Não

Já teve contato com alguma disciplina de finanças durante sua formação acadêmica?

☐ Sim

☐ Não

Qual é o seu conhecimento teórico sobre os termos abaixo?

|                             | Desconheço esse termo | Conheço pouco | Conheço razoavelmente | Considero conhecer bastante |
|-----------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|-----------------------------|
| Controle orçamentário       |                       |               |                       |                             |
| Taxas de serviços bancários |                       |               |                       |                             |
| Taxas de cartão de crédito  |                       |               |                       |                             |
| Juros                       |                       |               |                       |                             |
| Impostos                    |                       |               |                       |                             |
| Taxa Selic                  |                       |               |                       |                             |
| Taxa DI                     |                       |               |                       |                             |

Para você, numa escala de importância, qual é a relevância da educação financeira para o bem-estar econômico pessoal?

☐ Não é importante

☐ Pouco importante

☐ Moderado

☐ Importante

☐ Muito importante

Qual, você considera, ser a maior contribuição pessoal do ensino de finanças durante a formação acadêmica?

☐ Disciplina

☐ Organização

☐ Gestão financeira efetiva

☐ Independência

☐ Não observo contribuição

### Bloco 3 – Comportamento e Conhecimento Financeiro relacionados aos Investimentos e Endividamentos

Você realiza algum tipo de planejamento financeiro pessoal?

☐ Sim

☐ Não

Com que frequência faz o controle deste planejamento?

☐ Diariamente

☐ Semanalmente

☐ Quinzenalmente

☐ Mensalmente

☐ Anualmente

☐ Não faço o controle

Qual desses meios você mais utiliza para o controle financeiro?

☐ Planilha Eletrônica

☐ Aplicativo

☐ Bloco de anotações

- ☐ Nenhum
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

Qual ação abaixo costuma ser o principal destino do seu 13º salário?

- ☐ Não recebo 13º salário
- ☐ Compras para as festas do fim de ano
- ☐ Investir
- ☐ Quitar dívidas
- ☐ Pagar contas básicas da casa
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

Em média, qual percentual da sua renda mensal está comprometido para quitar suas dívidas? (Obs: entende-se compras a prazo como dívida)

- ☐ Não possuo dívidas
- ☐ Não sei informar
- ☐ Menor que 30%
- ☐ De 31% a 40%
- ☐ De 41% a 50%
- ☐ De 51% a 60%
- ☐ Acima de 61%

Se, eventualmente, você perdesse sua fonte de renda, por quanto tempo conseguiria se manter com o mesmo padrão de vida?

- ☐ Menos de 1 mês
- ☐ De 1 a 3 meses
- ☐ De 4 a 6 meses
- ☐ De 7 a 12 meses
- ☐ Mais de 12 meses

Como você classificaria seu conhecimento financeiro para administrar seus recursos?

- ☐ Nada seguro
- ☐ Não muito seguro
- ☐ Razoavelmente seguro
- ☐ Muito seguro

Quais meios informativos você utiliza para adquirir mais conhecimento em finanças pessoais (A questão permite assinalar mais de uma opção)?

- ☐ Não procuro me informar
- ☐ Materiais acadêmicos
- ☐ Cursos especializados
- ☐ Sites
- ☐ Videoaulas
- ☐ Universidade
- ☐ Livros
- ☐ Redes sociais
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

Sobre a parcela destinada aos investimentos, você:

- ☐ Separa o dinheiro assim que recebe sua renda, antes de pagar as obrigações/contas/boletos
- ☐ Separa o dinheiro apenas se sobrar algo após pagar todas as obrigações/contas/boletos
- ☐ Não separo dinheiro para investir

Qual é a sua motivação para investir?

- ☐ Comprar imóvel
- ☐ Viajar
- ☐ Comprar veículo
- ☐ Aposentadoria
- ☐ Filhos
- ☐ Estudo
- ☐ Independência financeira

- ☐ Reserva de emergência  
☐ Outros \_\_\_\_\_

Se você não possui investimentos, qual é o seu maior motivo para não investir?

- ☐ Não me adequo a questão, pois possuo investimentos  
☐ Não tenho conhecimento para investir  
☐ Considero não ter dinheiro suficiente  
☐ Dívidas  
☐ Desemprego  
☐ Outros \_\_\_\_\_

Qual você considera ser seu perfil de investidor?

- ☐ Conservador, prefiro investimentos de baixo risco, mesmo que isso diminua o potencial de rendimentos  
☐ Moderado, tolero eventual risco para buscar obter maior rentabilidade na minha carteira de investimentos  
☐ Agressivo, aceito correr mais risco em ativos de alta volatilidade em busca de maior retorno financeiro

Quais destes ativos você considera ter familiaridade?

|                                                                  | Desconheço esse termo | Conheço pouco | Conheço razoavelmente | Considero conhecer bastante |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|-----------------------------|
| Poupança                                                         |                       |               |                       |                             |
| CDB, LCI, LCA, Tesouro Direto                                    |                       |               |                       |                             |
| Fundos de Renda Fixa, Fundos Multimercados, Debêntures, CRI, CRA |                       |               |                       |                             |
| Fundos Cambiais, Fundos de Ações, Ações, Fundos Imobiliários     |                       |               |                       |                             |
| Derivativos (Futuros, Opções e Swaps)                            |                       |               |                       |                             |
| Criptomoedas                                                     |                       |               |                       |                             |

Quais tipos de investimentos você possui? (A questão permite assinalar mais de uma opção)

- ☐ Não possuo investimentos  
☐ Poupança  
☐ Tesouro Direto  
☐ CDB  
☐ LCI/LCA  
☐ Fundos de Renda Fixa/ Multimercado/ Ações  
☐ Ações  
☐ Fundos de Investimento Imobiliário  
☐ Derivativos  
☐ Imóvel  
☐ Outros \_\_\_\_\_

Para você, qual é o ativo financeiro de menor risco de crédito do mercado?

- ☐ Poupança  
☐ Fundo de Renda Fixa  
☐ CDB, LCI, LCA  
☐ Tesouro Direto  
☐ CRI, CRA  
☐ Ações

Em teoria, qual dos ativos abaixo você acredita ser o tipo de investimento com maior relação Risco x Retorno:

- ☐ Fundo de Renda Fixa
- ☐ Fundo Imobiliário
- ☐ Título do Tesouro
- ☐ CRI, CRA

Supondo que você possua R\$ 100,00 na poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Após 6 anos, qual valor você terá na poupança? (Considere que não tenha sido realizado depósito e/ou saque do dinheiro no período em questão)

- ☐ Menos de R\$ 160,00
- ☐ Exatamente R\$ 160,00
- ☐ Mais de R\$ 160,00
- ☐ Não sei